

Uma rocha no caminho

BITTAR, Rosângela. "Uma rocha no caminho". Valor Econômico. São Paulo, 5 de dezembro de 2012.

A presidente Dilma Rousseff está a engendrar uma novidade no conjunto de alterações que pretende fazer na composição do governo para 2013, o terceiro e crucial ano de seu mandato, quando as coisas têm que acontecer ou não chegará lá, no horizonte da reeleição. Não há decisão ainda e nem haverá este ano, mas a hipótese com que trabalham autoridades de coordenação é uma migração da presidente da Petrobras, Graça Foster, para o Ministério das Minas e Energia, na reforma ministerial que ocorrerá após a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, em fevereiro.

Sabe-se que a presidente da Petrobras fará o que for determinado pela presidente da República. Ocupa o posto de colaboradora número 1, título que inclui até a concordância em rebaixar seu posto. O senso comum indica que é queda a troca de um posto no governo rico e flexível por outro no governo pobre e rígido, como se definia em reformas de gestão os órgãos da administração direta e as estatais.

Porém, ao produzir essa ideia e deixar em algum momento os circunstantes perceberem quais são suas conjecturas e intenções futuras, Dilma está a desconsiderar esse tipo de firula porque o poder dos ministros é ela quem dá.

Na concepção do governo, as prioridades estão muito bem definidas e equacionar o problema da energia é a preocupação número um da presidente. Ao que parece, ela descobriu que não atingirá essa meta com o atual plantel que vem produzindo trapalhada atrás de trapalhada e apagão atrás de apagão. Dilma quer continuar, por exemplo, atribuindo o festival de apagões e o risco de racionamento ao governo Fernando Henrique Cardoso. De dez anos atrás, é verdade, e depois dele o PT já teve dois governos Lula e um Dilma para resolver os obstáculos nessa área em que a presidente, como técnica, está mergulhada desde o governo de transição, mas o assunto lhe é caro, nele é especialista, e quer continuar deixando o problema na responsabilidade da década adversária.

A direção da Petrobras poderia ficar com qualquer um dos bons executivos da área e a presidente teria a seu lado, na Esplanada, a executiva de sua maior confiança para que possam resolver em conjunto o problema mais explosivo que vem se avolumando para a campanha da reeleição: a ameaça de apagão total com racionamento, uma vez que em matéria de sucessivos apagões minis, médios e grandes o sistema elétrico tem sido pedagógico.

Dilma pode digerir todos os cálices, menos esse, e sabe que Graça Foster lhe é absolutamente fiel e fará o que ela própria faria. É considerada também melhor gestora que Márcio Zimmermann, que Nelson Hubner, que Maurício Tolmasquim, que Hermes Chipp. Ministro interino que assumiu o cargo titular em várias oportunidades por períodos até longos, com os impedimentos do senador

Edison Lobão por problemas de saúde, a gestão não é o forte do Zimmerman nem de outros que estão há anos labutando no escuro. E há, no governo Dilma, quem tenha certeza que essa quantidade de apagões se deve mais à falha dos humanos do que do sistema. Este, por incrível que pareça, é considerado ainda muito bom.

Além disso, está na área de energia a queda de braço do governo com o mercado na regulação das concessões, e a presidente acha que os técnicos já se deram o direito de se equivocar o suficiente, nessa negociação. Como foi possível errar o ano de início de operação de uma usina para efeito de cálculo da depreciação de seu patrimônio? Até isso aconteceu e foi considerado um atestado absoluto da maneira mambembe como o assunto foi tratado.

Sobre a negociação das concessões, por sinal, houve derrocada coletiva. Todas as autoridades com poder ao redor da presidente, inclusive o ministro da Fazenda, Guido Mantega, foram convocados a ajudar a explicar, tentar persuadir, de jornalistas a empresas do setor elétrico e governos estaduais, sem sucesso. Nas boas intenções do governo com as propostas da Medida Provisória 579, em tramitação no Congresso, o mercado e os governos não desvendaram os olhos. Até porque a crise, não só nesse setor, mas muito nele, é também de confiança. O fato de ter espalhado a missão é mais um reconhecimento de que, para a presidente, tão momentoso assunto não pode ficar apenas aos cuidados do órgão próprio do governo que, durante dois meses, não conseguiram reduzir sua aflição.

No caso de optar pela solução da transposição de Graça Foster, a presidente Dilma tiraria o Ministério das Minas e Energia do domínio de partidos que integram a aliança política do seu governo, no momento com o PMDB, devendo dar à legenda do vice-presidente Michel Temer algum outro posto de equivalente importância. Um pouco menor, vá lá.

Apagão de energia, bem como a crise que se instalou no setor elétrico com reflexos negativos nas bolsas, atingem de frente a imagem de boa gestora da presidente e a tiram do sério. A oposição acha que não tem mais remédio e que as falhas se devem a modelo colocado de pé pela própria Dilma.

Outra área crucial para a campanha da reeleição é a da Educação, e a ela a presidente está também se dedicando, apoiou a atribuição dos recursos de royalties do pré-sal integralmente para o setor que será uma dos carros-chefes do seu marketing. Aqui, porém, não se fala em ineficiência do ministro da área, ao contrário. Dilma traz Aloizio Mercadante a tiracolo, leva-o nas suas viagens e não há dúvidas sobre o poder exercido por ele. Não tem entrado na lista de substituições e não existem sinais de que até março do ano que vem o status de Mercadante seja alterado.

O outro elemento determinante do seu sucesso, para formar esse novo tripé do governo tendo em vista resultados concretos a alavancarem a campanha, é a economia, e nela a retomada dos investimentos para que o crescimento saia dos índices pífios em que se encontra.

As medidas adotadas não estão dando certo, o otimismo do ministro da Fazenda, Guido Mantega, deixou de ser contagiante, e a presidente Dilma não dá indicações do que fará. Mas não se vislumbra mudança de equipe até porque, nesse particular, sempre há a crise internacional a quem responsabilizar pelos insucessos.